

# A HISTÓRIA CULTURAL DA TRADUÇÃO

Leila Darin  
(PUC-SP)

BURKE, Peter & HSIA, Ronnie Po-chia (Orgs).  
*A Tradução Cultural – Nos Primórdios da Europa Moderna.*

São Paulo: Unesp, 2009. 291 p. Trad. Roger Maioli dos Santos. Título original: *Cultural Translation in Early Modern Europe*, Cambridge University Press, 2007.

Com a publicação de *A tradução cultural – nos primórdios da Europa Moderna*, a Editora Unesp coloca à disposição de estudiosos e intelectuais uma obra de grande interesse cujo tema central é a história cultural da tradução. O livro consiste em um conjunto de ensaios assinados por seus organizadores, os historiadores Peter Burke e Ronnie Po-chia Hsia, em parceria com oito pesquisadores, cuja meta é promover um diálogo entre os Estudos da Tradução e a História Cultural. Considerando que trabalhos anteriores sobre história da tradução privilegiaram as traduções de textos literários e religiosos, *A tradução cultural* propõe-se a examinar a tradução de textos de não ficção na Europa no período que compreende os séculos XVI e XVII.

A tradução ocupa, sem dúvida, um lugar central no cenário cultural europeu do Renascimento ao Iluminismo, momento de fortalecimento dos vernáculos e das identidades nacionais. A perspectiva histórica adotada opera a partir de três focos: Tradução e Língua, Tradução e Cultura e Tradução e Ciência, cada qual composto por quatro ensaios. Os textos envolvem a tradução de línguas como o grego, o turco, o chinês, o russo e o tcheco, e salientam a posição do latim como língua franca do qual e para o qual inúmeras traduções foram feitas. A contribuição dos ensaios para os Estudos da Tradução tem valor inestimável, pois estimulam, a partir de uma riqueza de casos historicamente contextualizados, uma reflexão sobre a natureza da tradução como prática sócio-histórica de reescrita.

No Capítulo I, Peter Burke aproxima a tarefa do historiador à do tradutor uma vez que ambos trabalham com “negociação” entre passado (o original) e presente (a inteligibilidade para os leitores contemporâneos). Pergunta-se ele: é culturalmente apropriado falar da “política” de um rei medieval ou de “propaganda política” no caso de Luís XIV? (p. 14). O autor parte da definição de tradução cultural como adaptação de uma obra “às necessidades, aos interesses, aos preconceitos e às maneiras de ler da cultura-alvo, ou pelo menos de alguns grupos dentro dela” (p.152), conceito que remete ao debate estrangeirização/domesticação e à noção da fidelidade tradutória – temas caros aos Estudos da Tradução. Como ilustra Burke, a respeito do esforço de tradução dos missionários cristãos responsáveis por levar a mensagem cristã para a China, os jesuítas foram acusados de terem se convertido à religião dos chineses em vez de os converterem ao cristianismo. “O que em Pequim parecia uma boa tradução cultural, em Roma parecia mais um erro de tradução” (p. 16, apud Genet, 1982).

São questões instigantes como essa que A tradução cultural promove com base no levantamento de textos do período em questão. Os autores esclarecem que tal levantamento é limitado por uma série de restrições, tais como dificuldade de acesso aos materiais, textos não identificados ou não datados, textos redigidos em diversas línguas, traduções manuscritas e mesmo a impossibilidade de se estipular o que é tradução. Apesar disso, a documentação é suficiente para embasar constatações sólidas sobre as traduções modernas.

Para nortear a discussão dos vários contextos culturais e históricos da Europa Moderna em que a tradução desempenhou um papel preponderante, Burke parte das seis perguntas formuladas por Lambert (1993): quem traduz? Com que intenção? O quê? Para quem? De que maneira? Com que consequências? Pode-se dizer que todos os ensaios do livro respondem a estas perguntas, elucidando ao leitor pontos fundamentais sobre a relevância das traduções em certos contextos, as razões pelas quais eram empreendidas, quem as encomendava, a que interesses atendiam (ideológicos ou comerciais), quem eram seus patronos (Lefevere, 1992), como eram recebidas e que transformações sofriam ao serem recontextualizadas.

Os casos analisados estimulam o debate sobre as tênues fronteiras entre tradução e outras reescritas em um período em que ainda não era clara a ideia do texto como obra e propriedade de um indivíduo.

Era comum que os tradutores interferissem nos textos, ampliando, abreviando, parafraseando ou incluindo glossas. Tradutores de obras de História ou Filosofia Natural por vezes se permitiam expressar opiniões que o autor original teria repudiado, levando Garneau a referir-se a tais traduções como “tradaptações” (p. 41). Diversos termos coexistiam com traduzir: alemanizar, interpretar, trazido do alemão, romanizar ou vulgarizar, done into English ou reduced into English. As alterações eram entendidas como necessárias para que um texto extraído de uma cultura pudesse ser adaptado a outra.

Um exemplo de tradução cultural é a versão holandesa do *Storia d’Italia*, de Guicciardini, cujo título enfatiza as guerras nas quais a Espanha participou, pois isso “atrairia os leitores da Holanda na época” (p.153). Além disso, após ter sido traduzido para seis idiomas com a liberdade exercida pelos tradutores desse período, constatou-se que o *Storia d’Italia* havia sido censurado e, somente após a morte do autor, as passagens ofensivas foram reimpressas separadamente e amplamente traduzidas. Porém, Guicciardini escrevera o texto em uma época em que a cisão entre católicos e protestantes poderia ser reparada; aparecendo uma geração mais tarde, a crítica ao poder papal foi vista como muito mais radical. “Pode-se dizer que os leitores protestantes começaram a ver Guicciardini como um aliado” (p 155).

Outra ilustração notável das transformações pelas quais passavam as traduções envolve o *Spectator*, jornal publicado intermitentemente entre 1711 e 1714 e editado pelos ingleses Addison e Steele. Considerado de interesse para outros públicos, o influente jornal foi traduzido para os franceses, alemães, suecos, holandeses, italianos, russos, portugueses, chegando a inspirar o padrão do jornalismo “imparcial”. Algumas adaptações do jornal foram elas próprias traduzidas para outros idiomas. Maria Lúcia Pallares-Burke observa que no século XVIII houve um acirrado debate sobre o que era uma imitação real e fiel do *Spectator*, “revelando uma consciência contemporânea do processo que hoje chamamos de ‘tradução cultural’” (172).

Cada um dos contextos analisados em *A Tradução Cultural* revela a complexa dinâmica de forças calcada nos pressupostos culturais e ideológicos que influíram na produção e recepção de traduções. As estratégias empregadas na Europa Moderna para lidar com a recontextualização de textos através das fronteiras linguísticas e culturais, além do valor histórico, representam uma valiosa fonte de pesquisa para a área de tradução.